



O ENSINO DA ALTERIDADE E SEXUALIDADE A PARTIR DO LETRAMENTO DE GÊNERO

Teaching alterity and sexuality based on gender literacy

Sheila Cibeles Krüger Carvalho¹

Mariana Emilia Bandeira²

Ana Luísa Dessoy Weiler³

Resumo: Na escola a criança se depara com o diferente, possibilitando o desenvolvimento dos conceitos de diversidade e conseqüentemente, da alteridade. A alteridade, para a antropologia, se estrutura a partir da cultura. Para a psicologia, a alteridade é um produto do processo de construção e de exclusão dentro do sujeito. Desse modo, a educação escolar tem como papel, não apenas a construção do conhecimento científico, mas também o papel de mediar a diferença. E neste espaço de construção de conceitos do que é ou não diferente, a instrução sobre sexualidade, a partir do letramento de gênero, é de suma importância na construção de uma sociedade mais igualitária e menos violenta. Isso porque, a construção social de papéis de gênero é a base de todas as relações – saudáveis ou não -, justificando comportamentos agressivos nos ambientes escolares.

Palavras-chave: Gênero. Educação. Sexualidade. Alteridade.

Abstract: At school, children encounter different people, enabling them to develop concepts of diversity and, consequently, otherness. For anthropology, otherness is structured on the basis of culture. For psychology, otherness is a product of the process of construction and exclusion within the subject. In this way, the role of school education is not only to construct scientific knowledge, but also to mediate difference. And in this space of constructing concepts of what is or isn't different, instruction on sexuality, based on gender literacy, is of paramount importance in building a more egalitarian and less violent society. This is because the social construction of gender roles is the basis of all relationships - healthy or not - and justifies aggressive behavior in school environments.

-
- ¹ Mestranda em Direitos Humanos no Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito da UNIJUÍ. Bolsista PROSUC/CAPEs. Integrante do Grupo de Pesquisa Biopolítica e Direitos Humanos. Médica Ginecologista. Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: sheilakrugercarvalho@gmail.com
 - ² Mestranda em Direitos Humanos no Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito da UNIJUÍ. Bolsista PROSUC/CAPEs. Integrante do Grupo de Pesquisa Biopolítica e Direitos Humanos. Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: marianaebandeira@gmail.com
 - ³ Mestranda em Direitos Humanos no Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito da UNIJUÍ. Bolsista PROSUC/CAPEs. Integrante do Grupo de Pesquisa Biopolítica e Direitos Humanos. Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: anadesoyweiler@hotmail.com



Keywords: Gender. Education. Sexuality. Otherness.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo pretende avaliar os impactos do ensino da alteridade e da sexualidade nas escolas, a partir do letramento de gênero. Trata-se de um tema que apresenta especial relevância diante do contexto atual, no qual a violência nas escolas apresenta um aumento considerável, justificado pela intolerância de qualquer espécie.

O artigo foi construído tendo como problema de pesquisa a seguinte pergunta: em que medida o ensino da alteridade e da sexualidade contribui (ou não) para a diminuição dos índices de violência nas escolas, bem como a difusão dos discursos de ódio entre os alunos e professores?

Parte-se da hipótese inicial de que a intolerância à diversidade é um indicador de violência escolar, como se vislumbrou no ataque que aconteceu em março do corrente ano, na Escola Estadual Thomazia Montoro, em São Paulo (SP), onde um estudante de 13 anos atacou os colegas e matou a facadas a professora Elisabeth Tenreiro, de 71 anos, após praticar atos de racismo contra um colega negro.

Como objetivo geral, a pesquisa busca avaliar como o ensino da alteridade e da sexualidade, a partir do letramento de gênero, contribui para a diminuição da violência e aumento da tolerância nas escolas. Para tanto, o texto se estrutura em três seções, quais sejam: a) A violência escolar: alerta para a construção de sujeitos intolerantes; b) O impacto da escola na construção do sujeito: papel da alteridade na educação; c) o ensino da sexualidade: considerações a partir do letramento de gênero.

O método de pesquisa empregado foi o hipotético-dedutivo, mediante emprego de técnica de pesquisa bibliográfica e documental.



A VIOLÊNCIA ESCOLAR: ALERTA PARA A CONSTRUÇÃO DE SUJEITOS INTOLERANTES

Em março deste ano, um estudante de 13 anos atacou professores e colegas com uma faca na Escola Estadual Thomazia Montoro, em São Paulo (SP). Do ato de violência resultou a morte de uma professora e ferimentos em 04 professores e 02 alunos. O aluno já apresentava comportamentos agressivos, intolerantes e racistas, se envolvendo constantemente em conflitos com os colegas. Ainda, havia reclamações de ser alvo de *bullying*⁴.

A violência escolar é uma realidade presente em todo o mundo e aumenta a cada dia, sendo essa violência muitas vezes oriunda de frustrações e na comunicação conflituosa, não apenas entre os alunos, mas também entre professores, equipe diretiva e funcionários das instituições de ensino. Ainda, há situações em que as escolas contribuem para o aumento do conflito, reproduzindo a violência da sociedade, bem como construindo seus próprios mecanismos de violência⁵.

Um dos maiores elementos que integram a violência escolar é o *bullying*, conceito criado em 1978 pelo Professor Dan Olweus da Universidade Bergen na Noruega, que observou o fenômeno ao estudar as tendências suicidas dos jovens na época. A partir de 1990, o conceito passou a ser mais estudado, tendo como alguns dos seus principais pesquisadores o próprio Dan Olweus, Smith e Sharp, e Rigby⁶.

Sendo assim, o fenômeno do *bullying* pode ser definido como um comportamento agressivo ou com a intenção de causar dano, que se realiza

⁴ ROSÁRIO, Mariana. Aluno esfaqueia e mata professora em ataque a escola em SP. **O Globo**, Brasil, 27 mar. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/03/morre-professora-esfaqueada-por-aluno-em-ataque-a-escola-em-sp.ghtml>. Acesso em: 27 set. 2023.

⁵ ALVES, Renato. Violência na escola e da escola: desafios contemporâneos à Psicologia da Educação. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 343-346, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572009000200018>.

⁶ BINSFELD, Adriana Raquel; LISBOA, Carolina Saraiva de Macedo. Bullying: Um estudo sobre papéis sociais, ansiedade e depressão no contexto escolar. **Interpersona**, São Leopoldo/RS, v. 4, n. 1, p. 74-105, 2010. DOI: <https://doi.org/10.5964/ijpr.v4i1.44>.



repetidamente por um longo período de tempo em relações em que há desequilíbrio de força ou poder, sem que haja provocação por parte da vítima⁷.

Segundo o Relatório “Prevenindo a violência na juventude: uma perspectiva da evidência”, preparado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 2015, a violência juvenil é aquela que ocorre entre indivíduos de 10 a 29 anos que não tem relação de parentesco e geralmente acontece fora de casa, sendo o *bullying*, a agressão física com ou sem armas, e a violência de gangues, exemplos de atos de violência juvenil que matam cerca de 200 mil jovens por ano no mundo⁸.

Ser vítima de *bullying* está intimamente ligado a comportamentos que causam risco à saúde, como por exemplo o uso de drogas ilícitas e o consumo de drogas ou cigarro. Também, um jovem que é vítima de *bullying* durante a sua infância e adolescência poderá ter problemas de saúde mental, como distúrbio de estresse pós-traumático, depressão, ansiedade, ataques de pânico, etc., que podem se perpetuar até a sua fase adulta. Por fim, estima-se que quem pratica *bullying* têm um risco de 50% maior de perpetuar atos de violência ao longo da vida, assim como as vítimas de *bullying* têm uma probabilidade 10% maior de se tornarem pessoas violentas no futuro⁹.

A prática do *bullying* e a exclusão dos sujeitos na escola está intimamente ligado à diferença e intolerância, sendo uma das soluções apresentadas para combate aos fenômenos a teoria do reconhecimento. De modo muito simplista, a teoria do reconhecimento refere que:

⁷ OLWEUS, Dan A. Bullying in schools: facts and intervention. *Kriminalistik*, Germany, v. 64, n. 6, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228654357_Bullying_in_schools_facts_and_intervention. Acesso em: 28 set. 2023.

⁸ OMS; NEV-USP. **Prevenindo a violência juvenil: um panorama das evidências**. Atlas da Juventude, São Paulo, p. 1-98, 2016. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/publicacao/prevenindo-a-violencia-juvenil-um-panorama-das-evidencias/>. Acesso em: 27 set. 2023.

⁹ OMS; NEV-USP, 2016.



se um sujeito não reconhece que a cor da pele, a etnia, a orientação sexual, a constituição de sua personalidade, do seu jeito de ser, do seu corpo físico, bem como as necessidades especiais de alguém é uma diferença e que merece total respeito e acolhimento, este sujeito que não reconhece o outro, não pode exigir reconhecimento por sua diferença. Pelo contrário, o sujeito que maltrata a diferença do outro perde o direito de ser reconhecido pela sua, pois negou no outro as propriedades e capacidades nas quais ele queria ser reconhecido.¹⁰

Isso posto, parte-se para a segunda parte do artigo, com a finalidade de compreender o impacto da escola na construção do sujeito à luz de um ensino voltada a alteridade e, conseqüentemente, reconhecimento dos indivíduos.

O IMPACTO DA ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO: PAPEL DA ALTERIDADE NA EDUCAÇÃO

Inicialmente, é importante compreender que tanto a família quanto a escola desempenham papéis fundamentais na constituição e evolução do sujeito. Para Maria Auxiliadora Dessen e Ana da Costa Polonia,

na escola, os conteúdos curriculares asseguram a instrução e apreensão de conhecimentos, havendo uma preocupação central com o processo ensino-aprendizagem. Já, na família, os objetivos, conteúdos e métodos se diferenciam, fomentando o processo de socialização, a proteção, as condições básicas de sobrevivência e o desenvolvimento de seus membros no plano social, cognitivo e afetivo.¹¹

A família é a matriz da aprendizagem humana. Nela, a dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo são constituídas, gerando os modelos de relações seguidas pela criança em suas relações interpessoais e na construção individual e coletiva enquanto sujeitos. É a partir das interações familiares que se caracteriza um

¹⁰ DANI, Grasiela Cristine Celich; DANI, Lúcia Salete Celich; TREVISOLI, Maria Teresa Ceron. O reconhecimento intersubjetivo como impulsionador de responsabilidade pela alteridade em casos de conflitos na escola. **Rev. educ. PUC-Camp.**, Campinas, v. 24, n. 1, p. 15-34, 2019. p. 27. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edpuc/v24n1/1519-3993-edpuc-24-1-0015.pdf>. Acesso em: 27 set. 2023.

¹¹ DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007. p. 22. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2007000100003>.



processo de influências bidirecionais, não apenas dentro da família, mas também nos outros ambientes em que a criança é inserida, dentre as quais destaca-se a escola¹².

A escola, por sua vez,

[...] é uma instituição em que se priorizam as atividades educativas formais, sendo identificada como um espaço de desenvolvimento e aprendizagem e o currículo, no seu sentido mais amplo, deve envolver todas as experiências realizadas nesse contexto. Isto significa considerar os padrões relacionais, aspectos culturais, cognitivos, afetivos, sociais e históricos que estão presentes nas interações e relações entre os diferentes segmentos. Dessa forma, os conhecimentos oriundos da vivência familiar podem ser empregados como mediadores para a construção dos conhecimentos científicos trabalhados na escola.¹³

Dessen e Polonia tocam em um aspecto primordial proporcionado pela escola: a vivência em comunalidade dos indivíduos, propiciando a alteridade, que é a (com)vivência com o diferente, ou, conforme o significado da própria palavra, oriunda *alteritas*, “do latim *alteritas* [...] ser outro, colocar-se ou constituir-se como outro”¹⁴.

O que seres humanos têm em comum é a capacidade para se diferenciar uns dos outros, para elaborar costumes, línguas, modos de conhecimento, instituições, jogos muito diversos. Nessa direção, a alteridade enquanto uma abordagem antropológica é o fenômeno que promove o reconhecimento, o conhecimento e a compreensão de humanidade plural.¹⁵

Lev Vigotski, psicólogo russo proponente da psicologia histórico-cultural, escreve sobre o desenvolvimento infantil, destacando o papel da escola. Para Vygotsky o processo de formação de conceitos e o papel desempenhado pelo ensino escolar são de extrema importância, uma vez que sintetizam as suas principais teses sobre o desenvolvimento humano, quais sejam, “as relações entre pensamento e linguagem, o papel mediador da cultura na constituição do modo de funcionamento

¹² DESSEN; POLONIA, 2007.

¹³ DESSEN; POLONIA, 2007, p. 27.

¹⁴ FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. Alteridade. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (org.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados/MS: Editora Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. p. 39.

¹⁵ FRANÇA, 2019, p. 40.



psicológico do indivíduo e o processo de internalização de conhecimentos e significados elaborados socialmente.”¹⁶

Desde o nascimento, a criança realiza uma série de aprendizados por meio da interação com seu meio físico e social – seja na observação, manipulação ou vivência –, elaborando assim os conceitos cotidianos. A partir desses conceitos,

[...] a escola propicia às crianças um conhecimento sistemático sobre aspectos que não estão associados ao seu campo de visão ou vivência direta [...]. Possibilita que o indivíduo tenha acesso ao conhecimento científico construído e acumulado pela humanidade. Por envolver operações que exigem consciência e controle deliberado, permite ainda que as crianças se conscientizem dos seus próprios processos mentais (processo metacognitivo).¹⁷

Ou seja,

[...] na escola, as crianças investem seu tempo e se envolvem em atividades diferenciadas ligadas às tarefas formais (pesquisa, leitura dirigida) e aos informais de aprendizagem (hora do recreio, excursões, atividades de lazer). **Contudo, neste ambiente, o atendimento às necessidades cognitivas, psicológicas, sociais e culturais é realizado de maneira mais estruturada e pedagógica do que no de casa.** As práticas educativas escolares têm também um cunho eminentemente social, uma vez que permitem a ampliação e inserção dos indivíduos como cidadãos e protagonistas da história e da sociedade. A educação em seu sentido amplo torna-se um instrumento importantíssimo para enfrentar os desafios do mundo globalizado e tecnológico.¹⁸

Na escola a criança se depara com o diferente, possibilitando o desenvolvimento dos conceitos de diversidade e conseqüentemente, da alteridade. A alteridade, para a antropologia, se estrutura a partir da cultura. Para a psicologia, a alteridade é um produto do processo de construção e de exclusão dentro do sujeito.

Em suma, a escola tem como papel, não apenas a construção do conhecimento científico, mas também o papel de mediar a diferença. Todavia,

¹⁶ REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Rio de Janeiro: Vozes, 1995. p. 76.

¹⁷ REGO, 1995, p. 79.

¹⁸ DESSEN; POLONIA, 2007, p. 29, grifo nosso.



diante da magnitude da diversidade cultural existente dentro da sala de aula, o professor deve ter claros os objetivos para conseguir que os alunos interajam entre eles, para que ocorra uma troca, tanto dos alunos entre si, quanto do professor com eles. Dessa forma, se faz necessário que o professor leve em consideração os conhecimentos prévios dos alunos, entretanto filtrando quais desses conhecimentos são pertinentes para serem utilizados em sala de aula. Caso contrário, tal abordagem pode representar um entrave ao processo, haja vista que o aluno pode vir com uma predisposição para aprender sobre certos assuntos, principalmente aqueles que destoam do senso comum; logo, esse conhecimento deve ser mediado pelo professor, utilizando somente aquilo que pode ser proveitoso para o restante dos alunos.¹⁹

Em que pese as dificuldades, e as mudanças que devem ser feitas acerca da educação e da forma de educar no Brasil, de modo que ensine questões de gênero, religião, raça/etnia ou orientação sexual sem preconceito e discriminação, porque: “é no ambiente escolar que as crianças podem se dar conta da existência da diferença e que não precisamos temer ou ser indiferente às mesmas”²⁰.

Isso posto, com a apreensão do conceito de alteridade e de uma educação que preze pelo respeito às diferenças, construindo sujeitos que se reconhecem como diferentes – porque somos todos diferentes e únicos –, oportunizando espaços de convivência e diálogo sem violência, o próximo tópico objetiva demonstrar como o letramento de gênero pode contribuir para a construção de um ambiente escolar saudável, bem como frisar a importância do ensino da sexualidade nos educandários.

O ENSINO INTEGRAL DA SEXUALIDADE COMO INSTRUMENTO DO LETRAMENTO DE GÊNERO

No sentido de pontuar a importância da educação em sexualidade, é preciso analisar qual o papel que ela exerceu até hoje. A biologização e o uso do sexo como mercadoria relegaram a sexualidade às margens da existência humana, reduzindo-a a a uma função secundária. A condição que vivemos até então é como se fosse uma

¹⁹ RAMALHO, Lays da Silva. Diversidade Cultural na Escola. **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 3, n. 6, p. 29-36, jul./dez. 2015. p. 33. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/6376>. Acesso em: 27 set. 2023.

²⁰ RAMALHO, 2015, p. 34.

VIII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO

LIBERDADE - IDENTIDADE - CRITICIDADE



recusa da sexualidade, nutrida pela culpa da transgressão²¹. Diversos fatores contribuem para a inserção da sexualidade no que ele chama de “sistema patriarcal sexofóbico”²², que relegaram a sexualidade à sua posição de repressão.

Entre esses fatores, encontra-se a promoção da culpa, nutrida pelo conceito cristão de “pecado” relacionado à sexualidade não exercida dentro das expectativas da Igreja. Estes sentimentos de culpa, segundo o autor, produziram também uma recusa do corpo sexual, tornando-o de certa forma desprezível e vergonhoso. O corpo está associado à carne, e esta, ao pecado. Segundo o autor, o indivíduo era educado para acolher o corpo físico, e particularmente o prazer, com algum desprezo²³.

Em substituição, o prazer seria a promoção da espiritualidade e do trabalho, a produção do poder econômico institucionalizado. Neste processo também hierarquizou-se a sexualidade lícita e a não lícita, e a discriminação desta última. Finalmente, a construção de um regime “anti-sexual”, segundo o autor, parece estreitamente ligada ao fortalecimento do patriarcado, onde o Pai é o protagonista operador de todas as operações dirigidas à repressão da sexualidade: é aquele que impõe disciplina e hierarquia. Desta forma, o patriarcado, que constitui as bases da desigualdade de gênero, é também influente na construção da sexualidade que historicamente foi repressora²⁴.

Entretanto, a evolução das gerações já não possibilitou o êxito desta simples repressão pela cultura. No Fórum Global da Juventude de 2012, realizado durante a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), os próprios jovens pediram especificamente que os governantes desenvolvessem políticas favoráveis para garantir o acesso à educação integral em sexualidade (EIS)²⁵. Segundo as Orientações Técnicas Internacionais de Educação em Sexualidade da

²¹ BERNARDI, Marcelo. **A deseducação sexual**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1922.

²² BERNARDI, 1922, p. 71.

²³ BERNARDI, 1922.

²⁴ BERNARDI, 1922.

²⁵ UNESCO. **Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade**. Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2019. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000369308>. Acesso em: 20 set. 2023.



UNESCO, o estabelecimento de uma educação integral e de boa qualidade em sexualidade é necessária para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos para a agenda 2030²⁶.

Segundo o documento, a educação integral em sexualidade desempenha papel essencial, não apenas no controle das taxas de gravidez na adolescência, gravidezes não planejadas e infecções sexualmente transmissíveis, mas também na efetivação dos direitos humanos e da igualdade de gênero, conforme pactuado na agenda 2030²⁷. O documento da UNESCO reconhece que a sexualidade está ligada ao poder, e que, portanto, a educação integral para a sexualidade pode abordar as dimensões políticas e sociais das relações entre sexualidade, gênero e poder.

Neste sentido, o primeiro conceito a ser estabelecido é de que a sexualidade vai além da educação sobre reprodução, riscos e doenças. É preciso reconhecer que há muitas fontes concorrentes de informações na vida dos jovens, e, portanto, faz-se necessária uma abordagem abrangente e equilibrada do assunto, que possa engajar e envolver os jovens no processo de aprendizagem. Desta forma, conteúdos que abordem os aspectos positivos da sexualidade, como prazer, amor, relacionamentos baseados em respeito mútuo e igualdade fazem parte das discussões sobre a educação integral em sexualidade.

Na maioria dos países, as crianças entre 5 e 13 anos de idade passam períodos relativamente grandes na escola²⁸, sendo esta uma oportunidade para introduzir a educação integral em sexualidade. As normas técnicas da UNESCO ressaltam que a educação em sexualidade deve ser cientificamente fundamentada, introduzida de forma gradativa, apropriada para cada idade e estágio de desenvolvimento das crianças e adolescentes, baseada em um currículo programático, baseada em direitos humanos, culturalmente relevante quanto ao

²⁶ UNESCO, 2019.

²⁷ ONU. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. [S. l.], [s.d.]. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 29 set. 2023.

²⁸ UNESCO. **EDUCAIDS: framework for action**. 2. ed. [S.l.]: UNAIDS, 2008. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000147360>. Acesso em: 27 set. 2023.



contexto, transformadora, capaz de desenvolver habilidades necessárias para apoiar escolhas saudáveis e baseada em igualdade de gênero. Observa-se, neste sentido, que entre os pilares da educação integral em sexualidade está o letramento de gênero.

A EIS aborda diversas maneiras em que as normas de gênero podem influenciar a desigualdade, e como essas desigualdades podem afetar a saúde e o bem-estar de crianças e adolescentes de modo geral, além de ter impacto nos esforços de prevenção nas áreas de HIV, IST, gravidez precoce e não intencional, e violência baseada em gênero. A EIS contribui para a igualdade de gênero, ao construir a consciência da centralidade e da diversidade de gênero na vida das pessoas, examinar normas de gênero determinadas por diferenças e semelhanças sociais e biológicas, e incentivar a criação de relacionamentos respeitosos e equitativos com base em empatia e compreensão. A integração de uma perspectiva de gênero ao longo dos currículos da EIS é central para a efetividade de seus programas.²⁹

Desta forma, a educação integral para sexualidade pode contribuir para o letramento de gênero. Revisão sistemática³⁰ sugere que a educação em sexualidade realizada na escola deve fazer parte de uma estratégia holística e envolve também efeitos sobre a própria escola, a comunidade, serviços de saúde e domicílios/famílias. Ou seja, embora a maioria dos estudos se concentre em resultados em relação à saúde, o entendimento mais recente a respeito da educação sexual indica que a mesma pode contribuir para desfechos mais amplos, como atitudes em prol da igualdade de gênero, e além disso, que a abordagem do enfoque de gênero também possa contribuir positivamente para os resultados em relação à saúde.

Os programas com foco em gênero são substancialmente mais eficazes que os programas que não abordam gênero no que diz respeito ao alcance de resultados de saúde, como a redução das taxas de gravidez não intencional ou de IST. Isso ocorre como resultado da inclusão dos conteúdos e métodos transformativos de ensino que apoiam os estudantes no questionamento de normas sociais e culturais acerca de gênero e no desenvolvimento de atitudes voltadas para a igualdade de gênero.³¹

²⁹ UNESCO, 2019.

³⁰ FONNER, Virginia A. *et al.* School based sex education and HIV prevention in low- and middle-income countries: a systematic review and meta-analysis. **PLoS One**, San Francisco, v. 9, n. 3, mar. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0089692>.

³¹ HABERLAND, Nicole A. The case for addressing gender and power in sexuality and HIV education: a comprehensive review of evaluation studies. **International Perspectives on Sexual**



Desta forma, segundo a UNESCO³², o letramento de gênero é um conceito chave para construção social de conceitos gênero e normas de gênero, desenvolvimento da ideia de igualdade, estereótipos e preconceitos, assim como para a prevenção da violência baseada em gênero. De acordo com a idade e o estágio de desenvolvimento da criança ou adolescente, a UNESCO recomenda que a educação em sexualidade ensine sobre o que são direitos humanos e que a violência de gênero é uma violação dos mesmos, que a violência nas relações íntimas é nociva e existe apoio às vítimas, e que todos são responsáveis por defender a igualdade de gênero e por denunciar violações de direitos humanos, como abuso sexual, práticas nocivas e outras formas de violência baseada em gênero.

Assim, a educação integral em sexualidade, conforme as recomendações da UNESCO³³, torna-se um instrumento para o ensino do letramento de gênero, contribuindo também para a prevenção da violência de gênero e demais formas de violência, que são introjetadas desde a infância através de comportamentos como bullying, desrespeito aos limites do próprio corpo e aos limites do corpo alheio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência escolar é um fenômeno cada vez mais presente nas instituições de ensino, perpetuada muitas vezes, por despreparo dos próprios profissionais, que reproduzem uma realidade social violenta, principalmente em ambientes permeados pelo bullying, onde o comportamento que impera é o da exclusão e intolerância.

Nesse sentido, não só a escola, como a família desempenham um papel fundamental no combate à violência institucional, pois são componentes de constituição e evolução desses sujeitos, sendo por meio da convivência comunitária que se desenvolve o ensino da alteridade. É na escola que a criança depara-se com

and Reproductive Health, [S.l.], v. 41, n. 1, p. 31-42, mar. 2015. DOI:
<https://doi.org/10.1363/4103115>.

³² UNESCO, 2019.

³³ UNESCO, 2019.



o diferente, é neste ambiente que se formará seu respeito pelas diferenças étnicas/raciais e sexuais, proporcionando então, espaços não violentos a partir do letramento de gênero.

Desta forma, segundo revisões trazidas pela UNESCO, o ensino do letramento de gênero faz parte da educação integral em sexualidade, a qual contribui para a compreensão dos direitos humanos, das violações dos mesmos, e da responsabilidade individual para o convívio em sociedade, trazendo consigo uma sociedade baseada em uma igualdade de gênero e sem preconceitos, garantindo um ambiente menos violento.

REFERÊNCIAS

ALVES, Renato. Violência na escola e da escola: desafios contemporâneos à Psicologia da Educação. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 343-346, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572009000200018>.

BERNARDI, Marcelo. **A deseducação sexual**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1922.

BINSFELD, Adriana Raquel; LISBOA, Carolina Saraiva de Macedo. Bullying: Um estudo sobre papéis sociais, ansiedade e depressão no contexto escolar. **Interpersona**, São Leopoldo/RS, v. 4, n. 1, p. 74-105, 2010. DOI: <https://doi.org/10.5964/ijpr.v4i1.44>.

DANI, Grasiela Cristine Celich; DANI, Lúcia Salette Celich; TREVISOLI, Maria Teresa Ceron. O reconhecimento intersubjetivo como impulsionador de responsabilidade pela alteridade em casos de conflitos na escola. **Rev. educ. PUC-Camp.**, Campinas, v. 24, n. 1, p. 15-34, 2019. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edpuc/v24n1/1519-3993-edpuc-24-1-0015.pdf>. Acesso em: 27 set. 2023.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2007000100003>.

FONNER, Virginia A. *et al.* School based sex education and HIV prevention in low- and middle-income countries: a systematic review and meta-analysis. **PLoS One**,

VIII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE
GÊNERO E RELIGIÃO
LIBERDADE - IDENTIDADE - CRITICIDADE



San Francisco, v. 9, n. 3, mar. 2014. DOI:
<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0089692>.

FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. Alteridade. *In*: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (org.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados/MS: Editora Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

HABERLAND, Nicole A. The case for addressing gender and power in sexuality and HIV education: a comprehensive review of evaluation studies. *International Perspectives Sexual and Reproductive Health*. **International Perspectives on Sexual and Reproductive Health**, [S.l.], v. 41, n. 1, p. 31-42, mar. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1363/4103115>.

OLWEUS, Dan A. Bullying in schools: facts and intervention. **Kriminalistik**, Germany, v. 64, n. 6, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228654357_Bullying_in_schools_facts_and_intervention. Acesso em: 28 set. 2023.

OMS; NEV-USP. **Prevenindo a violência juvenil**: um panorama das evidências. Atlas da Juventude, São Paulo, p. 1-98, 2016. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/publicacao/prevenindo-a-violencia-juvenil-um-panorama-das-evidencias/>. Acesso em: 27 set. 2023.

ONU. **Transforming our world**: the 2030 Agenda for Sustainable Development. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 29 set. 2023.

RAMALHO, Lays da Silva. Diversidade Cultural na Escola. **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 3, n. 6, p. 29-36, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/6376>. Acesso em: 27 set. 2023.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

ROSÁRIO, Mariana. Aluno esfaqueia e mata professora em ataque a escola em SP. **O Globo**, Brasil, 27 mar. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/03/morre-professora-esfaqueada-por-aluno-em-ataque-a-escola-em-sp.ghtml>. Acesso em: 27 set. 2023.

UNESCO. **EDUCAIDS**: framework for action. 2. ed. [S.l.]: UNAIDS, 2008. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000147360>. Acesso em: 27 set. 2023.

VIII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE
GÊNERO E RELIGIÃO
LIBERDADE - IDENTIDADE - CRITICIDADE



UNESCO. **Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade.** Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2019. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000369308>. Acesso em: 20 set. 2023.